

APRESENTAÇÃO

A pandemia do SARS-Cov-2, que [ainda] assola o mundo desde novembro de 2019 e a nós brasileiros desde fevereiro de 2020, com seu rastro de sofrimento e morte, vem significando desafios para as diferentes esferas da vida social; diretamente para as pessoas, mas também para as instituições públicas, em particular os sistemas de saúde. A velocidade com que o vírus se disseminou em pouco tempo fez com que a doença se tornasse global, restando escassos ou nenhum lugar a salvo. Desta forma, um dos axiomas mais robustos da moderna epidemiologia foi outra vez confirmado: as epidemias e seus agentes seguem o percurso dos homens; estes, vão à frente, os agentes etiológicos vêm logo atrás. Naturalmente num mundo globalizado, também as novas formas de contaminação são globais. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), difundidos em diferentes mídias, indicam mais de 770 milhões casos e perto de 7 milhões de mortes¹, enquanto no Brasil ultrapassamos 38 milhões de casos e, em novembro de 2023, atingimos 707.470 óbitos². Sem nenhuma dúvida, a maior catástrofe sanitária da nossa história.

As consequências desse desastre humanitário podem ser observadas em diferentes direções. Ao longo do período, desde o anúncio da Emergência em Saúde em 2020 até seu término em 2022, a pobreza e o desemprego dispararam, com quase 50% da população exposta à insegurança alimentar enquanto mais de 30 milhões de pessoas acham-se em pobreza extrema, fazendo com que nosso país retornasse ao mapa da fome. Ao lado disso, a condução desastrosa da pandemia – ou propositadamente ineficiente – acentuou os limites de um sistema público de saúde cronicamente subfinanciado e, mais que tudo, expôs as rachaduras do sistema de proteção ou seguridade social definido na Constituição Federal de 1988. Ao lado disso, o anterior governo federal não adotou medidas que visassem à proteção do emprego e da renda, potencializando a crise econômica que já se anunciava forte em decorrência das políticas ultraliberais adotadas na condução da política econômica. Esse quadro conjuntural na economia, aliado a determinantes diretamente políticos, erodiu o tecido social permitindo a eclosão de situações iníquas nas mais diferentes esferas das relações sociais.

É neste contexto que a Revista Cronos lança a presente edição, com o dossiê Covid-19: Sociedade e Comunicação, no qual se recortam as diferentes estratégias adotadas pelos atores sociais para efetivar a transferência de informações, com troca de mensagens e conteúdo organizativo, com possibilidade de oferecer alternativas práticas à reorganização dos processos vitais coletivos e, com isso, gerar aderência a projetos de sociedade ou de poder.

Os cinco artigos que compõem o dossiê debruçaram-se sobre essa perspectiva. O primeiro artigo – “A mentira na política: reflexões quanto às *fake news* contemporâneas à luz de ensaio de Hannah Arendt sobre os Documentos do Pentágono. As lições da

¹ Cf https://pt.wikipedia.org/wiki/Pandemia_de_COVID-19_por_pa%C3%ADs

² Cf https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html

história” – incide criticamente sobre o panorama contemporâneo da comunicação de massa, cujo grande salto foi dado no período de intensificação da pandemia do Covid-19. Como podemos ler logo no Resumo, o autor declara ter se dedicado “à escansão de conceitos e categorias relacionadas a este tema, entre as quais notícias falsas (*fake news*), discursos de ódio, sistemas de crenças, negacionismo científico, massa, povo, destituição de direitos e relações políticas e de poder, entre outras”. A explanação é iniciada com a apresentação de eventos contemporâneos relacionados a essas categorias e, posteriormente, utilizando a técnica de escansões sucessivas; os conceitos e as categorias são decompostos e rearranjados em outra ordem de sentido, de modo a ressignificar termos e categorias originais. Podemos observar, ao longo do texto, a emergência dos dispositivos de realidade paralela como dispositivos narrativos paralógicos. A teoria social, dirá o autor, “deve ser modelada pela observação da realidade social contemporânea vivida pelo pesquisador no trabalho de investigação, seja ao expor o entendimento sobre as novas realidades impostas pelo mundo digital ou as realidades criadas como sociedade de informação, seja ao apresentar novas possibilidades de interpretação do que foi vivido”. E conclui afirmando que “a trama política na qual estamos enredados expressa uma ideia potente de comunicação, que torna as situações objetivas apreensíveis como valores simbólicos e modos de ver compartilhados por meio da transformação da complexidade do real em categorias binárias simples”.

O segundo artigo – “Desigualdades sociais e covid-19 no Brasil: uma análise das narrativas produzidas nas mídias sociais em 2020” – examina as narrativas das mídias sociais durante a pandemia de covid-19 no Brasil, focando em narrativas socioeconômicas e raciais e na importância da comunicação precisa e confiável. Foram coletados milhões de textos na internet, exatamente 28,1 milhões deles, segundo informam os autores, explicitando que “essas narrativas refletiam interesses e perspectivas distintas da sociedade brasileira, enquanto algumas destacavam a responsabilidade individual na prevenção do vírus, outras enfatizavam a necessidade de políticas públicas para mitigar seus efeitos sobre as populações mais vulneráveis”. Tais narrativas em parte reforçavam posicionamentos políticos e econômicos, e muitos refletiam as disputas no âmbito do Estado, seja para reforçar intervenções de cunho neoliberal seja para promover desinformação e narrativas falsas, resultando em deslegitimação do impacto da pandemia”. A esse respeito, os autores complementam que “os representantes de um modelo estatal mais participativo reconheciam a importância das medidas de prevenção e o reforço do sistema de saúde pública para combater a pandemia”. Finalizam explicitando que o estudo visou a contribuir para a “compreensão das dinâmicas sociais e políticas em tempos de crise, mostrando como as narrativas presentes na arena pública, como as mídias sociais, foram usadas tanto como meio de ataque como de resistência ao desmonte do sistema de saúde, à desigualdade social exacerbada pela pandemia e como modo de disseminação de informações precisas para combater o vírus e a desinformação”.

O terceiro artigo – “Necropolítica e Biopoder: a postura antivacina da covid-19 do governo brasileiro” – aborda a necrofilia das sociedades contemporâneas, exacerbada, outra vez, no período da pandemia da covid. Por necrofilia, podemos entender essa tendência neoliberal em promover, a um só tempo, a destruição de corpos, tanto da espécie humana quanto de outras espécies, e de recursos naturais. Esse binômio é também

conhecido como economia extrativista. No artigo, os autores deixam clara a posição teórico-política que os animou na escrita, a saber: a análise do poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Essa expressão, cunhada por Achille Mbembe, seguramente um dos mais conceituados teóricos africanos da contemporaneidade, ajudaram os autores “a pensar sobre como se construíram e se legitimaram os discursos *antivacinas* do governo brasileiro” durante a pandemia. Não por acaso, foi intenção deles “apresentar os conceitos de necropolítica e biopoder diretamente relacionados ao cenário pandêmico” então vivenciado. Concluem afirmando que, das matérias selecionadas, “percebemos que o então chefe do executivo federal [brasileiro] adotou ações que incentivaram a população (principalmente os seus apoiadores) à exposição ao vírus, ou seja, direcionou à morte. O impacto dessas ações repercutiu na proliferação da síndrome, afetando inclusive aos que não compactua[va]m com esse posicionamento”.

Já o quarto artigo – “SUS como patrimônio cultural brasileiro: apontamentos para estimular iniciativas de reconhecimento e preservação” – expressa a necessidade do reconhecimento social da importância do sistema público de saúde brasileiro, o SUS. Tal reconhecimento pode ser percebido como um evento ou acontecimento, e antes impensável, produzido no âmbito da pandemia, sem dúvida involuntário, “na perspectiva de vir a ser patrimônio cultural”, como dizem as autoras. Para muitos que acompanharam, elas explicitam uma surpreendente reviravolta da anterior posição midiática de permanente ataque ao sistema público: “Fizemos algumas pontuações sobre sua trajetória [a do SUS] e, particularmente, evidenciamos seu papel no enfrentamento da pandemia de covid-19 quando demonstrou grande capacidade de cuidar de pessoas e de salvar vidas, ganhando visibilidade positiva na sociedade e nas mídias”. Então destacam o que parece ser o cerne do manuscrito em tela: o de desencadear o debate na sociedade para difundir e pleitear junto às instituições competentes o reconhecimento e a preservação do SUS como patrimônio cultural brasileiro. Para isso, evidenciam a necessidade de articular memória, com vista a perceber a história, quiçá como história do tempo presente, e a um só tempo evidenciar os diferenciais sociais e políticos que circunstanciaram as conquistas sociais (ainda insuficientes, sabemos) que desaguaram na construção do sistema público de saúde no Brasil. O texto, afirmam as autoras, funciona como trilhas “para compor o quadro de referências argumentativas que dê base a uma possível proposta de reconhecimento e preservação do Sistema Único de Saúde como patrimônio cultural brasileiro”. Um desafio do tamanho, não há de haver dúvida!

Finalmente, o quinto e último artigo – “Trabalho Interprofissional e Práticas Colaborativas em Saúde durante a pandemia de covid-19” – investiga um problema dos mais relevantes nesse mesmo sistema público, sem dúvida, um grande patrimônio, que é a questão do trabalho em equipe ou, mais exatamente, o do trabalho interprofissional. Com o uso de grupos focais, ferramenta consagrada em estudos qualitativos, as autoras aprofundaram o conhecimento acerca dessa modalidade de trabalho colaborativo. Ele é imensa e urgentemente requerido nas unidades de saúde, em face de uma antiga constatação: a de que a saúde não se esgota numa única disciplina. Como uma imanência, essa afirmação imediatamente indica o caminho do inter e do transdisciplinar. Se essas são categorias já consagradas na teoria do conhecimento, nem por isso passaram despercebidas aos teóricos da Saúde Coletiva. Ao contrário, são abundantes as referências que

indicam que o trabalho em saúde precisa ser “desmedicalizado”, ou seja, nunca um especialista atuando isoladamente conseguirá lograr êxito na recuperação integral do paciente e, menos ainda, na manutenção da qualidade de vida no nível coletivo, vale dizer como categoria do social. Por isso, no desvelamento dessa problemática, o artigo insiste em considerar que “as dificuldades apontadas para a concretização do trabalho interprofissional durante a pandemia de covid-19 foram aquelas relacionadas às fragilidades pré-existentes no próprio trabalho em saúde (falta de profissionais, estrutura física debilitada, má comunicação entre os diversos atores em saúde)”, aos quais vieram se somar os novos entraves trazidos pela pandemia. Concluindo, o trabalho nos conduz a pensar sobre “as necessidades em saúde que advêm de um período trans ou mesmo pós-pandêmico é um desafio para os serviços de saúde, para pesquisadores e gestores”, nas diferentes esferas da gestão pública. Finaliza com uma boa dose de otimismo ao indicar o bom e possível caminho, à moda de um manifesto:

“As ações e o trabalho colaborativo, interprofissional, formam um conjunto de competências que pode oportunizar aos profissionais e à rede de serviços outras formas de abordar os problemas de saúde, tanto no nível coletivo, nos territórios, como no nível individual. Desse modo, é possível identificar necessidades de saúde próprias desse período histórico caracterizado pela carga global de doenças resultante de fatores contextuais, como desemprego e diminuição de renda, violências, isolamento social; e de fatores individuais, como adoecimento mental, complicações sistêmicas pós-covid, covid longa, entre outros agravos que crescem nos diferentes territórios no país”.

Desejamos a todos e a todas uma boa leitura.

Carlos Botazzo (USP)